



Município da Lourinhã

Divisão Jurídica e Recursos Humanos
Concursos

CONCURSO PÚBLICO

Com Publicação de Anúncio no JOUE

[Nos termos do art.º 131º e seguintes do Código Contratos Públicos, na sua atual redação]

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Serviços para Limpeza de Edifícios Municipais

Procedimento com a referência:

CPI/1/2023

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 455.242,05Euros

O Vereador, em Regime de Permanência a tempo inteiro da Câmara e em Representação do Município de Lourinhã, por Despacho da Delegação de Competências, datada de 25/10/2021.
(João José da Silva Serra, Vereador)

ÍNDICE

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I – Disposições gerais	4
Cláusula 1. ^a – Objeto	4
Cláusula 2. ^a – Contrato	6
Cláusula 3. ^a – Preço base	6
Cláusula 4. ^a – Prazo vigência do contrato	7
Cláusula 5. ^a – Gestor do contrato	9
Subsecção I - Disposições gerais	9
Cláusula 6. ^a – Obrigações principais do prestador de serviços	10
Cláusula 7. ^a – Atualizações Jurídico-Comerciais	12
Cláusula 8. ^a – Forma de prestação do serviço	12
Subsecção II - Dever de sigilo	13
Cláusula 9. ^a – Objeto do dever de sigilo	13
Cláusula 10. ^a – Prazo do dever de sigilo	13
Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã	14
Cláusula 11. ^a – Preço contratual	14
Cláusula 12. ^a – Condições de pagamento	14
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução	15
Cláusula 13. ^a – Penalidades contratuais	15
Cláusula 14. ^a – Força maior	16
Cláusula 15. ^a – Resolução por parte do contraente público	17
Cláusula 16. ^a – Resolução por parte do prestador de serviços	17
Capítulo IV - Caução	18
Cláusula 17. ^a – Caução	18
Cláusula 18. ^a – Seguros	18
Capítulo V - Resolução de litígios	19
Cláusula 19. ^a – Foro competente	19
Capítulo VI - Disposições finais	19
Cláusula 20. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	19

Cláusula 21. ^a – Comunicações e notificações	19
Cláusula 22. ^a – Contagem dos prazos	19
Cláusula 23. ^a – Legislação aplicável	20
ANEXOS	19

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusulas Jurídicas – Disposições Gerais e Cláusulas Técnicas – Especificações Técnicas

PARTE I | CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I – Disposições gerais

4

Cláusula 1.^a – Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição, por lotes, de serviços para limpeza para edifícios municipais, escolas e eventos do Concelho da Lourinhã de acordo com as **especificidades técnicas** definidas nos **anexos A, B, C e D** da Parte II | Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

2 – O preço da proposta deve ser apresentado do seguinte modo:

a) **Preço unitário por hora em cada um dos lotes**

b) **Valor da proposta por lote**

3 – Aos concorrentes é permitida a apresentação de propostas relativas à totalidade de 1 (um) ou mais lotes, mas não a parte de um lote.

4 – Nos termos do número anterior é permitida a apresentação de propostas de acordo com os seguintes lotes:

Lote 1	Edifícios Municipais e Eventos
Lote 2	Parque de Campismo e Edifícios da Praia da Areia Branca
Lote 3	Pavilhões Desportivos
Lote 4	Agrupamento de Escolas da Lourinhã
Lote 3	Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância D. Lourenço Vicente

5 – VISITAS AOS LOCAIS:

5.1 Os concorrentes interessados deverão tomar conhecimento *in loco* das condições das instalações Municipais onde se irá realizar a aquisição de serviços, objeto do presente procedimento, não podendo, em caso algum, invocar a ausência de conhecimento destas.

5.2 Durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os convidados poderão requerer, com antecedência, visitas aos locais da prestação de serviços, e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições que influam no modo de prestar os serviços.

5.3 As visitas previstas no número anterior deverão ter lugar mediante marcação prévia, no primeiro terço do prazo, por escrito através de comunicação na plataforma eletrónica da contratação pública, acingov por via de envio automático de mensagens eletrónicas, sendo realizadas simultaneamente para todos os interessados, no mesmo dia e hora e devidamente acompanhadas pelo respetivo, **gestor(es) do contrato**.

6 – ACESSO A INSTALAÇÕES:

6.1 O prestador de serviço terá acesso às instalações, sendo responsável pela sua correta utilização bem como, e em especial, pela guarda e segurança dos bens e regras de acesso aplicáveis ao edifício, designadamente no que respeita às chaves das instalações. No termo do contrato, o prestador de serviço obriga-se a devolver os bens que lhe tenham sido confiados em perfeito estado de utilização.

6.2 Em caso de extravio das chaves, a entidade adjudicante procederá à substituição das fechaduras em causa, sendo a correspondente despesa imputada à empresa.

6.3 Não é permitido que outro pessoal para além daquele que estiver afeto à execução das tarefas permaneça nas instalações.

7 – O objeto do contrato encontra-se definido com Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com código CPV – 90910000-9, com descrição de Serviços de limpeza, instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008 e passou a ser aplicável a partir de 15/09/2008.

Cláusula 2.^a – Contrato

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a – Preço base

- 1 – O preço base do procedimento, para os efeitos decorrentes do disposto no art.º 47.º do CCP, na sua atual redação, é de EUR: **455.242,05** (quatrocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e dois euros e cinco cêntimos), acrescido de IVA, correspondendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato. O preço indicado teve por base:
 - i) O valor de referência do preço/hora em anteriores procedimentos e atualização das remunerações ao abrigo dos acordos coletivos de trabalho.
- 2 – O preço base estabelecido no número anterior é decomposto do seguinte modo:
 - 2.1 – Para o **Lote 1** – no montante máximo de 139.982,23€ (cento e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e dois euros e vinte e três cêntimos), ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;

2.2 – Para o **Lote 2** – no montante máximo de 40.096,05€ (quarenta mil, noventa e seis euros e cinco cêntimos), valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;

2.3 – Para o **Lote 3** – no montante máximo de 25.171,30€ (vinte e cinco mil, cento e setenta e um euros e trinta cêntimos), valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;

2.4 – Para o **Lote 4** – no montante máximo de 126.845,69€ (cento e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos), valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;

2.5 – Para o **Lote 5** – no montante máximo de 123.146,78€ (cento e vinte e três mil, cento e quarenta e seis euros e setenta e oito cêntimos), valor ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor;

Cláusula 4.^a – Prazo vigência do contrato

O contrato entra em vigor a partir da data da celebração do contrato a escrito, por um período previsto de 12 meses, estimando-se o início a **01 de julho de 2023** e termo a **30 de junho de 2024** em conformidade com os respetivos termos e condições estipuladas nos anexos A, B, C e D do caderno de encargos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, nas seguintes termos:

Início da prestação do serviço

Lote 1, 2 e 3: 1 de julho de 2023;

Lote 4 e 5: 18 de setembro de 2023.

Fim da prestação do serviço

Lote 1, 2 e 3: 30 de Junho de 2024

Lote 4 e 5: **28 de junho de 2024** – para os estabelecimentos de pré escolar e 1º ciclo. (na EBI de Ribamar mantém a prestação de serviço para as salas do pré-escolar e 1º ciclo);

14 de junho de 2024 - para a Escola Secundária Dº João Manuel da Costa Delgado, EB Dr. João das Regras, EB de Miragaia e 2º e 3º ciclo da EBI de Ribamar.

Interrupção da prestação do serviço

Lote 1, 2 e 3: Sem interrupções.

Lote 4 e 5: Interrupção letiva do Natal – de 18 dezembro.2023 a 02.janeiro.2023
Interrupção do Carnaval -12 a 14 de fevereiro.2024
Interrupção da Páscoa – 25 de março.2024 a 05.abril.2024
Feriado Municipal – 24 junho.2024

Total de dias úteis para a prestação do serviço

Lote 1, 2 e 3

Ano 2023: 124 dias úteis;

Ano 2024: 121 dias úteis.

Lote 4 e 5

Ano 2023

61 dias úteis para todos os estabelecimentos;

Ano 2024

101 dias úteis para Escola Secundária, EB de Miragaia, EB Dr. João das Regras e 2º e 3º ciclos da EBI de Ribamar;

110 dias úteis para os restantes estabelecimentos, incluindo pré escolar e 1º ciclo da EB de Ribamar.

Total de fins-de-semana e feriados para a prestação do serviço

Lote 1: Apenas para os eventos festivos esporádicos a requisitar previamente.

Lote 2: **Ano 2023:** 60 dias de fim-de-semana e/ou feriados;

Ano 2024: 61 dias de fim-de-semana e/ou feriados;

Lote 3: Sem serviços a prestar em dias de fim-de-semana e/ou feriado;

Lote 4 e 5: Sem prestação de serviço.

Cláusula 5.^a – Gestor do contrato

1 – Foram designados os seguintes gestores:

Lotes	Gestor
Lote 1 – Edifícios Municipais e Eventos	Sandra Filipe DAA Substituto – Sofia Delgado
Lote 2 – Parque de Campismo e Edifícios da Praia da Areia Branca	Luís Palma – CGI Substituto – Nuno Almeida
Lote 3 – Pavilhões Desportivos	Luís Calado – DSS Substituto – Luís Santos
Lote 4 – Agrupamento de Escolas da Lourinhã	M ^a Helena Fonseca - DE Substituto – Carlos Santos
Lote 5 – Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância D. Lourenço Vicente	

- i) O Gestor do Contrato é responsável pela execução deste contrato, nomeado pela entidade adjudicantes, para a gestão do procedimento em articulação com a entidade adjudicatária, verificando se o serviço reúne os requisitos técnicos e funcionais definidos na presente peça do procedimento e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 – Sempre que o gestor do contrato detete algum desvio, defeito ou outra anomalia deve comunicar ao órgão competente, através da elaboração de um relatório, no qual fundamenta as medidas corretivas adequadas.

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do Prestador de Serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 6.^a – Obrigações principais do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, nomeadamente nas cláusulas técnicas, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) O adjudicatário obriga-se a executar a prestação de serviços ao Município da Lourinhã, nas condições de preço contratadas, todos os trabalhos enumerados nas **especificações técnicas** definidas nos **anexos A, B, C e D** da Parte II | Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- b) É obrigação do prestador de serviços produzir mensalmente o relatório de níveis de serviço de suporte à gestão dos contratos;
- c) O adjudicatário obriga-se a enviar o relatório de níveis de serviço mensalmente em anexo à fatura do mês a que lhe diz respeito, nele constando:
 - i) Documento onde conste de forma inequívoca a assiduidade, por edifício, com o número de horas/dia realizadas por cada um dos trabalhadores, respeitando ao mês a que se refere a fatura;
 - ii) Lista dos produtos de limpeza utilizados;
 - iii) Identificação das ações corretivas às desconformidades reportadas pelo adjudicatário;
 - iv) Justificação dos incumprimentos.
- d) Obrigação de assegurar a deslocação do pessoal até aos locais de trabalho, todos os equipamentos e maquinaria necessária, encargos sociais, seguros de acidentes de trabalho e responsabilidade civil, medicina no trabalho e fardamento dos funcionários.
- e) Obrigação de efetuar inspeções regulares ao desempenho dos seus trabalhadores, por contato direto ou indireto, a fim de assegurar o correto desempenho dos serviços, e de reportar ao **gestor do contrato**, todas as anomalias graves que ocorram;
- f) Obrigação de nomear um interlocutor responsável pelo acompanhamento e execução do contrato e comunicar à entidade adjudicante a identidade do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- g) Obrigação de ter ao seu serviço, pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física, experiência na execução das tarefas e adequada formação;
- h) Obrigação de assegurar que os funcionários se apresentem devidamente fardados e identificados;

- i) Obrigação de respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, sindicalização, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho;
- j) Obrigação de substituir qualquer elemento do seu pessoal, quando necessário para cumprir as horas estipuladas;
- k) Obrigação de manter um ficheiro atualizado de identificação do pessoal junto à Divisão de Serviços Municipais, Infraestruturas e Frotas, DSMIF do Município da Lourinhã e ao Gestor do Contrato;
- l) Obrigação de afixar *Ficha de Registo de Higienização dos Wc's* a aplicar a todos os Edifícios abrangidos por esta prestação de serviços;
- m) Se, no decurso do contrato, o adjudicatário deixar, por qualquer motivo, de possuir todos os requisitos exigidos para a prestação de serviços, o contrato poderá se resolvido pelo Município da Lourinhã, sem que aquele outro possa, pelo fato, ter direito a qualquer ressarcimento ou indemnização.
- n) O prestador de serviços deve cumprir com as normas ambientais aplicáveis de acordo com a legislação portuguesa e da União Europeia, a que se refere a estratégia nacional para as compras públicas ecológicas 2020 (ENCPE 2020).
- o) Obrigação de manter a proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação de propostas.
- p) A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- q) O adjudicatário assume plena responsabilidade pelos trabalhos contratados, sendo, portanto, o único responsável perante a Câmara Municipal de Lourinhã.
- r) Fica, porém, isento de responsabilidade pelos erros e ou deficiências que resultem diretamente do cumprimento de instruções escritas transmitidas pela Câmara Municipal de Lourinhã e que lhe tenham merecido contestação escrita.

2 – A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom funcionamento do equipamento, bem como à implementação do sistema de manutenção necessário ao perfeito e correto funcionamento desse equipamento, sendo da responsabilidade do Gestor do Contrato o cumprimento do plano de manutenção indicada pelo fornecedor.

Cláusula 7.^a – Atualizações Jurídico-Comerciais

1 – O prestador de serviços deve comunicar ao Gestor de Contrato, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:

- a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
- b) A sua denominação e sede social;
- c) A sua situação jurídica;
- d) A sua situação comercial.

2 – O prestador de serviços obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 8.^a – Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a dar conta do andamento dos trabalhos, promovendo sempre que necessário reuniões de coordenação com a presença do(s) **gestor(es) do contrato** identificado de acordo com o tipificado na **cláusula 5.^a** do presente caderno de encargos, da Câmara Municipal de Lourinhã, responsável pela execução deste contrato, nomeado pela entidade adjudicante, para a gestão do procedimento em articulação com a entidade adjudicatária, com vista a verificar se aquele reúne os requisitos técnicos definidos nas peças do procedimento e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município da Lourinhã um relatório final, ou relatórios intercalares, sempre que se justifique, com a evolução de todos os procedimentos objeto dos serviços a prestar e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

4. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve, caso se justifique, elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos na execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 9.^a – Objeto do dever de sigilo

- 1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Lourinhã, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã

Cláusula 11.^a – Preço contratual

1 – Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos o preço constante da proposta adjudicada não pode, em qualquer caso, ser superior a **455.242,05 EUR** (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e dois euros e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do preço base para cada lote constante da cláusula 3.^a, sendo que:

- a) O preço base do procedimento, para efeitos do art.º 47.º do CCP é, o resultado da soma de todos os valores dos lotes identificados na cláusula 3.^a do presente caderno de encargos.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Lourinhã, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – Sem prejuízo do disposto no artigo 282.º do CCP, na sua atual redação, só há lugar à revisão de preços quando da alteração dos acordos coletivos de trabalho para o setor resulte num acréscimo legal obrigatório na remuneração dos trabalhadores nos anos subsequentes ao ano em curso.

Cláusula 12.^a – Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pelo Município da Lourinhã, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas em prestações mensais e de acordo com a proposta do adjudicatário, mediante emissão de fatura a enviar para o Município de Lourinhã – Coordenação Financeira, Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, com a indicação do número sequencial da ficha de compromisso, sem o qual a mesma não poderá ser aceite.

2 – As quantias devidas pelo Município da Lourinhã, nos termos da(s) clausula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, devendo

discriminar o valor a pagar do serviço em cada local devidamente identificado, tendo em conta os dias de trabalho.

3 – As faturas deverão ser enviadas para o Município de Lourinhã – Coordenação Financeira, Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, com as seguintes indicações:

- i) Apresentada por lote e, dentro de cada lote, desagregada por estabelecimento constando ainda o número total e o tipo de horas cobradas (diurna, noturna e/ou dia de fim-de-semana/feriados).
- ii) N.º Sequencial da Ficha de Compromisso.
- iii) A faturação só é emitida, mensalmente, após a execução do serviço, não sendo liquidada se a ela não houver lugar.

4 – O não envio do relatório, a que se refere a alínea c) da cláusula 6.^a do presente caderno de encargos, a existência de erros e omissões no mesmo que não permitam monitorizar o contrato celebrado, terá efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida pela entidade adjudicante até à regularização da situação.

5 – Em caso de discordância por parte do Município da Lourinhã, quanto ao valor indicado nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de Cheque ou Transferência Bancária.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 13.^a – Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Lourinhã pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos estabelecidos de acordo com o programa de trabalhos apresentado na do adjudicatário, tendo em conta as **especificações técnicas** definidas nos **anexos A, B, C e D** da Parte II | Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município da Lourinhã pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.

3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto de contrato cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.

4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Lourinhã tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 – O Município da Lourinhã pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Lourinhã, exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.^a – Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se forem verificados os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a – Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Lourinhã, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente a partir de 30.º dia de atraso no cumprimento, por parte do adjudicatário, de qualquer das obrigações contratuais, bem como qualquer uma das situações previstas na lei ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinada pelo contraente público.

Cláusula 16.^a – Resolução por parte do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- i) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, incluindo os juros.

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 19.^a.

3 – Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Lourinhã, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV – Caução

Cláusula 17.ª – Caução

De acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, não é exigível a prestação de caução no âmbito do presente procedimento.

Cláusula 18.ª – Seguros

1 – Sem prejuízo do número seguinte não é exigível a apresentação de contrato de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício relativamente ao Município da Lourinhã, ou a terceiros, sem que tal signifique a obrigatoriedade da contratação dos seguros ou qualquer exoneração de responsabilidade do adjudicatário por danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros.

2 – O Município da Lourinhã pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 dias subsequentes à respetiva notificação de adjudicação.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 19.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

19

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 20.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

É permitida a cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante nos termos do art.º 318.º-A do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

Cláusula 21.^a – Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.

3 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a – Legislação aplicável

Em tudo o omissso ou que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela legislação portuguesa em vigor, nomeadamente:

- a)** Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.
- b)** Código do Procedimento Administrativo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, tendo sido revisto pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro;
- c)** Restante legislação aplicável.

ANEXOS

PARTE II | CLÁUSULAS TÉCNICAS

21

ESPECIFICIDADES TÉCNICAS DO CADERNO DE ENCARGOS

Anexo A

Locais, moradas, periodicidade, número de horas diárias, numero e tipologia de espaços a limpar

Anexo B

Mapa de quantidades

Anexo C

Níveis de serviços

Anexo D

Condições para a prestação de serviços